DA DIPLOMÁTICA CLÁSSICA À DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: uma revisão de literatura

Eliseu dos Santos Lima[1]
Daniel Flores[2]

RESUMO

O presente artigo apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada durante o primeiro semestre de 2015, no âmbito da disciplina "A Diplomática Contemporânea Arquivística para a preservação do patrimônio documental", do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – PPGPPC/UFSM. Apresenta a partir da revisão de literatura, os referenciais já escritos por autores da área arquivística como Luciana Duranti, Ana Célia Rodrigues, Heloísa Bellotto, Rosely Rondinelli, Natália Tognoli e José Augusto Chaves Guimarães, abordando a trajetória da ciência diplomática, desde a época em que servia como crítica de autenticidade dos documentos medievais até chegar ao seu campo de aplicação na contemporaneidade, em que influencia desde a produção até a preservação dos documentos, uma vez que possibilita atestar a autenticidade, confiabilidade, integridade e permanência dos registros arquivísticos ao longo do tempo.

Palavras-chave: Diplomática. Diplomática contemporânea. Tipologia documental.

FROM CLASSICAL TO CONTEMPORARY DIPLOMATIC DIPLOMATIC: a literature review

ABSTRACT

The following article is the result of bibliographic research carried out during the first half of 2015 to evaluate the discipline "The Diplomatic Contemporary Archives to preserve the documentary heritage", the Professional Graduate Program in Cultural Heritage of Federal University of Santa Maria - PPGPPC / UFSM. Presents from the literature review, the references ever written by exponents of archival area as Luciana Duranti, Ana Celia Rodrigues, Heloisa Bellotto, Rosely Rondinelli, Natalia Tognoli and José Augusto Chaves Guimarães, dealing with the rise of diplomatic science, from the time that served as critical of authenticity of medieval documents to get to its scope in the contemporary world, where influences from production to the preservation of documents, as it enables vouch for the authenticity, reliability, integrity and permanence of archival records over time.

Keywords: Diplomatic. Contemporary diplomatic. Document type.

1 INTRODUÇÃO

A diplomática nasceu no século XVII concomitante ao surgimento da paleografia, com o intuito de determinar a autenticidade dos documentos. Com o passar do tempo alcançou autonomia ao se verificar que possuía métodos próprios, que justificavam sua livre atuação como ciência.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria - PPGPPC/UFSM. Arquivista da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. E-mail: eliseudsl@yahoo.com.br.
[2] Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria - PPGPPC/UFSM. Docente do Departamento de Documentação/Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dfloresbr@gmail.com.

A diplomática como ciência que verifica a autenticidade dos documentos medievais perdura até chegar ao entendimento, no século XX, de que possuía o mesmo objeto de estudo da arquivística, ampliando assim seu escopo de atuação para os documentos contemporâneos, sobretudo, os documentos arquivísticos digitais.

Atualmente a diplomática, ciência autônoma, influência outras áreas do saber como o Direito, a História, a Administração, a Informática, com grande aplicação no campo da Arquivística, uma vez que auxilia no contexto de produção de documentos e nas relações destes com as atividades/funções dos órgãos produtores, através do estudo dos tipos documentais.

O artigo em pauta tem como objetivo apresentar o resultado de uma pesquisa bibliográfica no âmbito da disciplina "A Diplomática Contemporânea Arquivística para a preservação do patrimônio documental", do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria – PPGPPC/UFSM.

O estudo está dividido em seis seções, onde aborda-se: o nascimento da disciplina (ou ciência) diplomática, a correlação interdisciplinar da diplomática a outras ciências, a virada epistemológica: da diplomática clássica à diplomática contemporânea, diplomática contemporânea (ou arquivística): o estudo da tipologia documental, diplomática contemporânea: uma nova diplomática ou uma nova metodologia?, objeto e campo de aplicação da diplomática na contemporaneidade, aplicação da diplomática: dos documentos digitais ao Projeto InterPARES e Diplomática contemporânea e o impacto social na atualidade. Na sequência são apresentadas as conclusões do estudo e as referências.

A seguir, é apresentada a trajetória do surgimento da diplomática, sua finalidade, até chegar ao momento em que passa a se relacionar com a arquivística.

2 SURGIMENTO DA DISCIPLINA (OU CIÊNCIA) DIPLOMÁTICA

A ciência da diplomática, que antecede até mesmo a Ciência Arquivística "nasceu no século XVII como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos registros emitidos por autoridades soberanas em séculos anteriores. O seu principal propósito era apurar a realidade dos direitos ou segurança dos fatos contidos em alguns documentos" (RODRIGUES, 2008, p. 152).

Nessa mesma linha, Tognoli e Guimarães (2009, p. 26) informam que "a Diplomática nasce no século XVII com a finalidade de estabelecer regras para comprovar a autenticidade de documentos eclesiásticos".

Richter (2004, p. 87) entende que "os estudos diplomatísticos iniciaram no século XVII, a partir da reação do espírito crítico dos homens da época com relação à fidedignidade dos diplomas medievais. De acordo com a autora, este ramo do saber nasceu concomitante a paleografia, mas cada uma adquiriu autonomia em seu desenvolvimento. Já Bellotto (2004, p. 47) atribui o nascimento da ciência diplomatista quando surge a necessidade de verificar a fidedignidade de certos "diplomas" medievais, ou seja, a investigação sobre a falsidade *versus* a veracidade desses papéis. De acordo com Santos (2005, p. 39) "a disciplina Diplomática surgiu em 1681 a partir da necessidade de se estabelecer a autenticidade dos documentos, tendo como objeto o estudo de sua estrutura formal mediante o exame de seus elementos externos (físicos) e internos (conteúdo e articulação do discurso)".

Rondinelli (2013, p. 105) explica que a "diplomática como área do conhecimento autônoma nasceu no século XVII, no âmbito das chamadas "guerras diplomáticas" (*bella diplomática*)". Que de acordo com Bellotto (2004, p. 47) "teve início no século XVII, quando o jesuíta Daniel de Papenbroeck pôs em dúvida alguns documentos beneditinos. Estes foram defendidos por Jean Mabillon, que, para tanto, acabou publicando o clássico tratado *De Re Diplomática*. Esse episódio (*bella diplomática*), "foi o germe para disciplinas técnicas modernas, ligadas à confiabilidade dos documentos, notadamente a Paleografia, a Diplomática e a Sigilografia" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p. 3).

Rondinelli (2011, p. 109) explica que:

> Enquanto Mabillon comparou documentos de caráter jurídico provenientes de diferentes chancelarias dos reinos francos, Tassin e Toustan compararam documentos de todos os tipos, com a mesma proveniência, isto é, oriundos das mesmas instituições, localizadas em diferentes regiões geográficas, ou seja, fora dos domínios territoriais franceses. Com isso esses dois autores demonstraram que a Diplomática também se aplicava a documentos não jurídicos, gerados em diferentes contextos culturais.

Ainda, de acordo com Rondinelli (2011 apud DURANTI, 2009) "ocorre, portanto, que Mabillon criou a Diplomática geral e Tassin e Toustan deram origem à Diplomática especial". Isso leva a autora a se questionar no que de fato consiste esses dois ramos da

diplomática. Para ela, "a Diplomática geral é a teoria, enquanto a Diplomática especial é a aplicação dessa teoria" (RONDINELLI, 2011, p. 109).

A ciência diplomática, como crítica de autenticidade aos documentos medievais, de caráter jurídico, perdura por séculos até ficar claro que "a Diplomática e a Arquivística possuem em comum o mesmo objeto de estudo. A partir daí, a relação entre as duas disciplinas se torna clara para os pesquisadores no final da década de 60" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 29).

Nesse intuito, Tognoli e Guimarães (2007, p. 1) informam que "a partir dos anos 70 e 80, do século XX, a Diplomática assumiu uma nova dimensão no cenário científico, desvinculando-se do binômio necessário que até então desempenhava com a Paleografia para, indo além da mera condição de ciência auxiliar da História, ampliar seus horizontes".

No tópico a seguir, discorre-se sobre a relação da diplomática com outras ciências.

2.1 Correlação interdisciplinar da Diplomática com outras ciências

Tognoli e Guimarães (2007, p. 1) ao mencionarem sobre o surgimento da diplomática no século XVII, explicam que "foi mais especificamente a partir do século XIX, com a introdução dos estudos diplomáticos em Escolas Européias, que se desenvolveu em bases mais científicas, mas ainda muito ligada a outras disciplinas, tais como a História e o Direito". Já Bellotto (2002, p. 16) explica que a diplomática embora tendo nascido muito imbricada à Paleografia e ao Direito Eclesiástico, "tem evoluído em direção ao Direito, à Heurística e à Arquivística, modificando para tanto seus instrumentos e apresentando maior aplicação de objeto e campo de ação do que em sua origem". Rondinelli (2013 apud MACNEIL, 2006, p. 203) ao explicitar o contexto de evolução da diplomática como disciplina, diz que esta:

> se abriu em vários ramos: cronologia (isto é, sistema de datação de documentos), sigilografia (isto é, estudo dos selos), formas documentais, status de transmissão dos documentos, vários tipos de cópias, procedimentos de criação de documentos, procedimentos de chancelarias específicas e a crítica de falsificações que sempre foi seu propósito original.

A autora lembra ainda que "ao final do século XIX, sob forte influência da Filologia clássica e da historiografia positivista, a Diplomática se firmou como disciplina autônoma justamente porque ao se tornar uma ciência auxiliar da história, refinou seus métodos de análise documental" (RONDINELLI, 2011, p. 110).

Bellotto (2014, p.348) faz alusão ao fato de que a diplomática "tem seu emprego, também, no campo da Arquivística [...] Na verdade, seu campo de aplicação é muito mais amplo do que se pensava antes". Tanto, que reitera apontando que esta continua a debruçar-se sobre a confiabilidade e a autenticidade dos documentos de arquivo, "porém agora os vê não mais isoladamente, mas sim vinculados ao seu meio genético. E, por isso, é fácil compreender que a Diplomática, tal qual a Arquivística, tem muito mais a ver com o Direito e com a Administração do que com a Biblioteconomia e com a História" (BELLOTTO, 2014, p. 427).

No tópico seguinte, é abordado o momento em que ocorre uma mudança de paradigma, em que a diplomática passa a ser entendida como diplomática histórica e diplomática arquivística.

2.2 Da Diplomática Clássica à Diplomática Contemporânea

O século XX, de acordo com Rondinelli (2013, p.114) "pode ser identificado como o momento em que a diplomática dá a sua virada de uma disciplina confinada nas chancelarias medievais para uma área do conhecimento que, associada à arquivologia, se adéqua perfeitamente ao mundo atual". Ainda, segundo a autora, essa virada epistemológica amplia o escopo de estudo dos documentos arquivísticos medievais de caráter eminentemente jurídico (diplomática clássica) para os modernos e contemporâneos de todos os tipos (diplomática moderna). A partir desse momento, "o objeto da Diplomática não se restringe mais aos documentos arquivísticos jurídicos ou de conseqüências legais, mas a todos os documentos gerados no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica" (RONDINELLI, 2011, p. 116).

Tognoli e Guimarães (2009, p. 25) também indicam que a partir do século XX, "a Diplomática pode ser dividida em Diplomática Histórica e Diplomática Arquivística. Essa última, a partir da década de 80 começa a auxiliar os arquivistas na difícil tarefa de compreender o processo de criação dos documentos contemporâneos".

Para Rondinelli (2011) ao se identificar que a diplomática servia também como suporte aos documentos contemporâneos ficou claro a distinção entre a diplomática clássica e a diplomática moderna. Já para Tognoli e Guimarães (2009) esse momento passa a se configurar como diplomática histórica e diplomática contemporânea.

De acordo com Rondinelli (2004) a possibilidade de integração dos princípios e conceitos da diplomática aos da Arquivologia no final do século XX, é vista como o caminho seguro para o gerenciamento dos documentos atuais, especialmente os digitais.

Na virada epistemológica acima referenciada, Rondinelli (2013, p. 117) informa que "a diplomática se une, ou melhor, se reúne, à Arquivologia. Afinal, ambas têm o mesmo objeto de estudo: o documento arquivístico". Nessa reassociação, de acordo com a autora, ocorre o complemento perfeito no qual a Diplomática passa a cuidar da gênese, dos elementos de forma e do status de transmissão (minuta, original e cópia) do documento, enquanto que a Arquivologia trata de classificá-lo, temporalizá-lo, descrevê-lo e preservá-lo (RONDINELLI, 2011, p. 139).

No tópico a seguir, é apresentado o momento em que a diplomática amplia seu escopo de estudo para os tipos documentais, passando a ser entendida como diplomática contemporânea.

2.3 Diplomática Contemporânea (ou Arquivística): o estudo da tipologia documental

Tognoli (2010, p. 88) ao explicitar os avanços obtidos na década de 60, explica que "com o estabelecimento de uma identidade entre a Diplomática e a Arquivística a partir do documento de arquivo, a relação entre as duas disciplinas só começou a ser absorvida na década de 80, devido à necessidade de compreender o processo de criação dos documentos no final do século XX e início do XXI".

Rondinelli (2011, p. 113) também compartilha essa ideia ao concluir que "foi somente a partir do final de década de 1980 que a comunidade arquivística demonstrou real interesse pela questão".

Um marco que registra o início dos estudos tipológicos é a partir da realização da "Segunda Conferência sobre Arquivos, promovida pelo Conselho Internacional de

Arquivos em 1989" (RONDINELLI, 2011, p. 114). A recomendação da Conferência, conforme indica a autora:

> repercutiu destacadamente em países como Holanda e Itália. O primeiro desenvolveu pesquisas sobre tipologia de documentos datados do século XIX em diante. Já na Itália, Paola Carucci dedicou-se à adaptação dos princípios e conceitos da Diplomática tradicional à criação dos documentos da moderna burocracia italiana.

Rodrigues (2008, p.154) também afirma que "na Europa [...] a construção de uma diplomática moderna adaptável aos documentos do século XX, vem principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci". Tognoli e Guimarães (2009) também fazem menção a esta questão ao elucidarem que esses estudos, preconizados na Itália por Paola Carucci, configuram uma nova diplomática ampliada na direção da gênese documental, a qual é chamada de Diplomática Arquivística Contemporânea.

Esses novos estudos ecoaram na Europa e na América do Norte, "respectivamente, a partir dos estudos de Paola Carucci, Francis Blouin, Hugh Taylor, Tom Nesmith e Luciana Duranti". (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 32). Os autores indicam que Luciana Duranti desenvolveu seus trabalhos na Universidade de British Columbia, em Vancouver, onde estudou a fundo os princípios e métodos promulgados pela Diplomática Clássica, aplicando-os aos documentos contemporâneos.

Rondinelli (2011) ao aprofundar essa questão, explica que:

> Na América do Norte a resposta veio do Canadá, mais especificamente da School of Library, Archives and Information Science (SLAIS), da University of British Columbia (UBC), em Vancouver. Ali a professora italiana Luciana Duranti publicou, entre os anos de 1989 e 1992, uma série de seis artigos com forte repercussão na comunidade arquivística tanto pela consistência científica dos mesmos como pela novidade que traziam ao demonstrar a viabilidade da aplicação dos fundamentos diplomáticos aos documentos arquivísticos contemporâneos, inclusive os digitais (RONDINELLI, 2011, p. 114).

Tognoli (2010) explica que a série de artigos publicados por Duranti fez com que esse movimento interdisciplinar ganhasse força no Canadá inglês. A autora indica ainda que "a esses artigos sucederam-se projetos de pesquisa coordenados pela mesma professora nos quais princípios e métodos de ambas as áreas do conhecimento são aplicados aos documentos digitais" (TOGNOLI, 2010, p. 140). Essa iniciativa deu origem à denominação "Diplomática Arquivística Contemporânea", "uma superação da Diplomática Clássica, cujo foco recairá no estudo dos documentos e de suas funções"

(TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011, p. 32). Esta terminologia, desde então, vem sendo adotada por vários autores. Tognoli e Guimarães (2007, p.19) afirmam que:

> Luciana Duranti, com sua obra *Diplomatics: New uses for a old science* revela *um turning point* na Arquivística, constituindo claro um marco teórico na área, na medida em que abre novos caminhos aos arquivistas na execução de suas práticas profissionais, uma vez que estes, a partir do estudo da tipologia documental, passam a ser capazes de identificar todo o contexto de criação do documento, sem ficarem na única e estrita dependência dos organogramas e regimentos, mas contando com mais um instrumento para tal, uma vez que, por meio do estudo da tipologia documental, pode recriar o contexto de produção daquele conjunto documental.

Logo, Tognoli (2010, p.92) entende que "os estudos realizados pela autora provam que é perfeitamente possível a aplicação da crítica diplomática aos documentos contemporâneos e, com isso, os arquivistas passam a ver o método diplomático, ou estudo da Tipologia Documental, como uma ferramenta de suma importância para o conhecimento da documentação gerada no século XXI".

Rodrigues (2008, p.165) ao retratar o princípio dos estudos de tipologia documental no Brasil, explica que:

> [...] os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. Esta autora traz para os estudos diplomáticos, a diferença entre espécie documental e tipo documental, o que não tinha sido abordado antes por outros autores.

No tópico seguinte, é abordada na visão de autores que já haviam escrito sobre o tema, a questão de que a diplomática contemporânea se constitui em uma nova metodologia ou uma nova diplomática.

3 DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: uma nova diplomática ou uma nova metodologia?

A Diplomática, que de acordo com Bellotto (2014, p. 426) "era disciplina que só se ocupava da estrutura formal dos atos escritos de origem jurídica, governamental e/ou notarial, ampliou-se na atualidade". Segundo a autora, "é agora chamada "diplomática contemporânea", "diplomática arquivística", cuja metodologia é bastante concentrada no

estudo dos tipos documentais e de toda sua vinculação orgânica de gênese, atuação e uso".

Essa nova perspectiva é levada em consideração, pelo fato da tipologia documental ter incorporado "todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática" (BELLOTTO, 2004, p. 53) e, principalmente, "se atentar o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados [...] a preocupação da disciplina é atualmente, menos o estudo da estrutura, forma, gênese ou tradição, e mais o da tipologia dos documentos" (BELLOTTO, 2002, p. 20).

Para Rodrigues (2008, p. 166) "a tipologia documental, também chamada por alguns teóricos de diplomática contemporânea, é uma área nova, produto de uma revisão do desenvolvimento e da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica". Pois, a autora entende que "os métodos de análises de uma e outra disciplina são distintos, embora suas finalidades sejam parcialmente coincidentes e que a diplomática segue tendo seus propósitos próprios, distintos da tipologia documental, uma nova área de estudos do documento" (RODRIGUES, 2008, p. 169).

Tognoli (2010) também entende que a disciplina é agora uma nova diplomática, ampliada na direção da gênese documental, podendo ser chamada de Diplomática Contemporânea, ou Diplomática Arquivística, ou ainda Tipologia Documental.

Mas, Bellotto (2014, p. 362) em estudo mais atual cientifica o fato de "podermos considerar a tipologia documental não tanto como uma "nova diplomática", como querem alguns, nem mesmo como uma "diplomática arquivística". Para a autora, "melhor seria considerá-la uma metodologia a ser empregada em diferentes funções arquivísticas, tais como a identificação, a classificação, a avaliação etc., aproximando os objetivos da diplomática com os da arquivística, obedecendo aos princípios teóricos de uma e de outra" (BELLOTTO, 2014, p. 362).

Rondinelli (2011, p.140) em entrevista recente com Luciana Duranti também faz menção a esta questão ao explicitar que a reassociação da Diplomática com a Arquivologia não significa o estabelecimento de uma relação transdisciplinar, pela qual duas áreas se associam e geram uma terceira. Ao contrário, resulta no fortalecimento dos laços interdisciplinares dessas duas áreas do conhecimento.

Rodrigues (2008, p.169) ao tratar sobre essa questão infere que:

> A diplomática foi reutilizada, reinventada para atender as necessidades da arquivística na busca de parâmetros normalizados para caracterizar e denominar o documento de arquivo, compreendendo-o em toda sua abrangência e complexidade, em novos suportes, em situações inadequadas de acumulação, porém em conjunto e não mais como peça isolada. Esta perspectiva vem influenciando a construção de uma tradição arquivística brasileira na área.

A seguir, é apresentado o objeto e o campo de aplicação da diplomática na contemporaneidade.

3.1 Diplomática: objeto e campo de aplicação na contemporaneidade

Richter (2004, p. 87) afirma que a Diplomática "é a ciência que estuda a estrutura formal dos documentos antigos e contemporâneos e seus caracteres externos (suporte, tinta, sinete, selos, carimbos) e internos (forma documental), com o objetivo primeiro de verificar sua autenticidade e seu valor como fonte histórica". De acordo com a autora, "atualmente, a diplomática estuda também a tipologia documental" (RICHTER, 2004, p. 88).

Já para Bellotto (2002, p. 19) o objeto da Diplomática "é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos". Ou seja, "como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade" (BELOTTO, 2004, p. 52). A autora infere ainda que "as informações são produzidas dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades. É nesse sentido que as informações são orgânicas, porque guardam entre si as mesmas relações que se formam entre as atribuições, competências, funções e atividades das entidades" (BELLOTTO, 2002, p.23).

Duranti (1994, p.12) chama atenção para o fato de que a diplomática "explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ações e de etapas de procedimento, mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos".

Bellotto (2002, p.21) enfatiza essa questão ao afirmar que "o campo de aplicação da Diplomática gira em torno do verídico quanto à estrutura e à finalidade do ato

jurídico. Já o da Tipologia gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais/pessoais".

Rondinelli (2013, p.116) ao retratar o campo de atuação da Diplomática moderna, explica que esta:

> vai além e se antecipa à criação do documento, porque essa vertente tem procurado definir as características essenciais da forma de determinados documentos, especialmente os gerados em sistemas automatizados, antes mesmo da sua criação. A despeito das nítidas diferenças entre a diplomática clássica e a moderna, deve-se insistir no fato de que, como foi mencionado, ambas constituem vertentes de uma mesma ciência, uma complementa a outra.

Para a autora, "o objeto da Diplomática não se restringe mais aos documentos arquivísticos jurídicos ou de consequências legais, mas a todos os documentos gerados no curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica" (RONDINELLI, 2013, p. 116).

Bellotto (2014, p.348) ao traçar o campo de aplicação da tipologia, explica que esta pode ser útil em vários segmentos da Arquivística:

> 1. No arranjo (nos arquivos permanentes, portanto) e mesmo na elaboração dos planos de classificação (nos arquivos correntes, portanto).
> 2. Na descrição, já que vai esclarecer se os conteúdos veiculados em um determinado formato jurídico podem ou não ser acatados.
> 3. No serviço aos usuários. Quando designadas as funções que o investigador deseja averiguar, as tipologias, se corretamente identificadas, facilitarão o acesso aos documentos certos, supondo que os documentos estejam diplomaticamente corretos.
> 4. Na avaliação, porque as tabelas de temporalidade só chegarão a seu objetivo se baseadas numa identificação das espécies documentais e das respectivas funções, a qual só a tipologia pode proporcionar.

Para Rodrigues (2008, p.152), no sentido moderno da diplomática, "os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências/funções/atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a arquivística".

Já, Bellotto (2004, p.51) entende que o "objeto dos modernos estudos de diplomática é a unidade arquivística elementar, porém analisando-a enquanto espécie documental". Ainda, de acordo com a autora "a preocupação da diplomática é, agora, menos o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais da tipologia dos documentos" (BELLOTTO, 2004, p.53).

A tipologia documental, de acordo com Rodrigues (2008, p. 161) "é um campo de estudos novo, desenvolvido no âmbito da Arquivística [...] como estudos arquivísticos de análise documental". Segunda esta autora, seu campo de aplicação gira em torno da

identificação do tipo cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie, e que "o método de análise proposto pela tipologia documental, invertendo a perspectiva metodológica, se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside à contextualização e a chave para compreender o tipo documental e logo, a série documental" (RODRIGUES, 2008, p. 166).

Por meio da análise tipológica, como explica Tognoli (2010, p.90) "o arquivista pode identificar a função do documento e seu contexto de produção, focando sua análise na evidência, a partir de seus elementos formais, independentemente de outras fontes alternativas, como os organogramas e regimentos". De acordo com a pesquisadora, essa metodologia considera que a análise é feita de baixo para cima, a partir da peça documental, do documento individual, permitindo que:

> Com a aplicação do método diplomático, o arquivista é capaz de reconstruir todo o contexto de produção de um conjunto documental, a partir de um único documento, uma vez que as fontes utilizadas para reconstruir o percurso do documento, como os organogramas e regimentos, por exemplo, nem sempre serão suficientes (TOGNOLI, 2010, p.92).

Dessa forma, "a análise do documento contemporâneo tem como objetivo também contribuir para a história da administração" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p.31).

A origem dos modernos estudos diplomáticos remonta ao "desenvolvimento social observado já a partir do século XVI e no conseqüente aumento da quantidade e da complexidade dos documentos que passaram a ser criados" (RONDINELLI, 2013, p.116).

Ao tratar sobre esse assunto, Tognoli e Guimarães (2009, p.28) inferem que:

> Com a criação de novas funções administrativas, que foram horizontalizadas e fragmentadas, os princípios devem ser reinterpretados uma vez que essas mudanças refletem na criação dos documentos. As categorias documentais foram aumentadas e novos formatos inventados, e as novas tecnologias da informação contribuíram sobremaneira para uma mudança tida como paradigmática na Arquivística Moderna.

Os autores explicam ainda que "devido à quantidade de documentos produzidos hoje, as categorias documentais identificadas na Idade Média – documento dispositivo e documento probatório – não são mais suficientes para abranger a diversidade de documentos gerados na burocracia moderna" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p.10). Por isso:

> os diplomatistas modernos passaram a identificar ao menos outras duas categorias documentais, incluindo os documentos que constituem prova escrita de uma atividade que não resulta em um ato jurídico, mas é juridicamente relevante – documentos de apoio – e os documentos que constituem prova escrita de uma atividade a qual é juridicamente irrelevante – documentos narrativos.

De acordo com Tognoli e Guimarães (2007), a diplomática assumiu essa nova postura de maior autonomia no século XX, justamente pelo fato da quantidade e das categorias de documentos gerados não serem mais as mesmas do que há três séculos.

No campo da Ciência Arquivística, como informa Rodrigues (2008, p. 153) "a diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea". No século XXI, "qualquer documento produzido para qualquer fim, pode ser considerado e analisado pela Diplomática. Independente de sua forma, a Diplomática consegue extrair os elementos necessários para a sua análise" (TOGNOLI e GUIMARÃES, 2007, p. 15).

Já, Tognoli (2010) chama atenção para o fato de que a Arquivística, ao se deparar com os novos formatos e as novas estruturas burocráticas no final da década de 70, fez com que fosse necessário a apropriação do método analítico-comparativo da Diplomática para que os arquivistas pudessem compreender o processo de produção dos registros em meio eletrônico e tradicional.

No item subsequente, é abordada a questão do surgimento dos documentos eletrônicos, até que fossem desenvolvidos estudos para tratar sobre sua autenticidade e integridade, como o projeto UBC (*The Preservation of The Integrity of Eletronic Records*) e o projeto InterPARES *(The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*).

3.2 Aplicação da Diplomática: dos documentos digitais ao Projeto Interpares

No final do século XX, como explica Rodrigues (2008, p. 153) "os arquivistas descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos registros modernos e especificamente de registros eletrônicos".

Já Tognoli e Guimarães (2007, p.10) lembram que além da diversidade documental, "no fim da década de 80 e começo de 90, sistemas eletrônicos de

informação começam a produzir documentos eletrônicos, uma realidade documental bem diferente da que os arquivistas estavam até então acostumados". Nesse sentido, Santos (2005, p.39) corrobora ao afirmar que "como é voltada para a análise das características formais do documento, a Diplomática pode auxiliar na busca de soluções para o tratamento dos documentos eletrônicos", pois "é no conteúdo do documento eletrônico que estariam inseridos os elementos intrínsecos requeridos pala análise diplomática para lhe conferir autenticidade" (SANTOS, 2005, p. 41).

Bellotto (2014), por sua vez, explica que a confiabilidade liga-se ao fato de que o documento tem autoridade e é digno de fé (isto é, ele corrobora fatos). Segundo a autora:

> Um documento arquivado não pode apresentar mais confiabilidade do que a que ele tinha quando de sua criação. Consequentemente, essa responsabilidade cabe diretamente aos criadores do documento. Assim, os arquivistas deveriam informar e guiar os criadores no sentido das melhores práticas, visando a produção de documentos confiáveis (isso, sobretudo, relativamente aos documentos eletrônicos) (BELLOTTO, 2014, p.427).

Com as novas tecnologias, Rodrigues (2008, p.168) informa que "o arquivista deve propor uma normalização à priori, fundamentada na gênese diplomática e tipológica, unificando as tipologias produzidas, principalmente, em meio eletrônico". Para a autora "a normalização dos formatos e de seu conteúdo, proposto a partir dos estudos de tipologia documental, vem contribuindo para estreitar a colaboração e os vínculos profissionais entre arquivistas, informáticos e administradores" .

Tognoli (2010, p.95) destaca o importante papel do estudo de Tipologia Documental, e por consequência da Diplomática, para os novos contextos de produção documental, inclusive sua aplicação aos documentos eletrônicos, pois:

> com o advento das novas tecnologias de informação, os arquivistas se vêem despreparados para tratar da quantidade de documentos gerados pelos novos sistemas. Com isso, os profissionais da informação têm à frente mais um desafio: manter os registros criados em meio eletrônico inalterados, de forma a garantir seu acesso e sua autenticidade e fidedignidade nos sistemas em que foram gerados.

Rondinelli (2011) acrescenta o fato de que a reassociação da Arquivologia com a Diplomática ocorrida ao final do século XX, e que adentrou o século XXI, segue gerando muitos frutos teóricos, metodológicos e práticos no âmbito dos documentos

arquivísticos digitais. Os estudos desenvolvidos pela Professora Luciana Duranti no Canadá é um desses frutos, pois como explica Rodrigues (2008, p.155), estes examinam:

> os princípios e conceitos desenvolvidos pelos teóricos diplomatistas para avaliar a autenticidade de documentos medievais, verificando se poderiam ser adaptados para analisar documentos produzidos pela burocracia moderna. O foco de sua preocupação teórica é a aplicação do método diplomático para o planejamento da produção dos documentos eletrônicos e a análise do valor probatório que eles apresentam.

A autora acrescenta ainda que "a revisão da disciplina efetuada por Luciana Duranti e as ideias por ela divulgadas, na construção da diplomática arquivística, vem nutrindo o debate teórico sobre a produção de documentos em ambientes eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo" (RODRIGUES, 2008, p. 157). O projeto precursor do projeto InterPARES foi o intitulado "*The Preservation of The Integrity of Eletronic Records*" (conhecido como projeto UBC), o qual é apontado como "o ponto de partida para o grande diferencial de Duranti na Diplomática Contemporânea: O projeto InterPARES." (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p. 11). Segundo os autores, esse projeto foi criado de acordo com:

> a base teórica totalmente fundamentada nos princípios e conceitos da Diplomática e da Arquivologia, e cujo objetivo era identificar e definir conceitualmente a natureza de um documento eletrônico e as condições necessárias para assegurar a integridade quando mantido pelo criador em uma fase ativa ou semi-ativa (ou seja, documentos que são utilizados pelos órgãos que os produziram diariamente).

Com esse projeto, como explicam os autores, "os pesquisadores constataram que os elementos contidos em um documento eletrônico eram os mesmos contidos em documentos tradicionais. Dessa forma, também era possível analisar diplomaticamente o documento eletrônico" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p. 11).

Rodrigues (2008) também destaca os estudos realizados por Luciana Duranti, através do grupo de pesquisa da Universidade da Columbia Britânica, em Vancouver, no Canadá, associado ao projeto InterPARES, o qual teve início em 1999, com o objetivo de produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas, para a produção e preservação de documentos eletrônicos. Tognoli e Guimarães (2007, p.12) também enfatizam que esse projeto teve início em 1999 com o propósito de:

> desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para a preservação permanente de registros digitais autênticos, e para formular políticas, estratégias e padrões modelos capazes de assegurar essa preservação, usando conceitos e métodos de várias disciplinas, incluindo Diplomática, Arquivística, Direito, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Estatística, e contando com um grupo de co-pesquisadores dos setores público e privado de diversos países, entre eles o Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália, Reino Unido e Holanda.

Este projeto, como explicam Tognoli e Guimarães (2009) contou com conceitos e métodos de várias disciplinas, entre elas a Diplomática, as quais forneceram os elementos necessários para caracterizar o registro eletrônico, além de fornecer o conceito de autenticidade e fidedignidade dos documentos. Para os autores, o objetivo do projeto de pesquisa UBC era definir critérios para criar, manter e conservar documentos eletrônicos ativos ou semi-ativos confiáveis e autênticos, enquanto que "o objetivo do projeto InterPARES era a conservação a longo prazo de documentos eletrônicos autênticos inativos (documentos que não são mais necessários para a atividade diária, mas que devem ser preservados por motivos legais ou históricos)" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p.12).

Através do Projeto InterPARES, ficou provada "a plena aplicabilidade dos princípios e métodos diplomáticos ao documento gerado eletronicamente, na medida em que este, ao conter igualmente os elementos de um documento tradicional, pode ser considerado confiável e autêntico" (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2007, p.19).

No tópico seguinte, apresenta-se o impacto social da diplomática contemporânea na atualidade.

3.3 Diplomática Contemporânea e o impacto social na atualidade

Para Duranti (1994, p.8) "os registros são provas confiáveis das ações e devem essa confiabilidade às circunstâncias de sua criação e às necessidades de prestar contas". Ainda, de acordo com a autora, estes:

> Sendo imparciais no que diz respeito à criação, autênticos no tocante aos procedimentos, e inter-relacionados no que tange ao conteúdo, os registros documentais estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral. De fato, os registros, além das necessidades do direito e da história, servem à "transparência das ações", um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas (*accountability*) tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico.

Esses princípios e conceitos, como esclarece Duranti (1994, p.13) "estão enraizados na ciência da diplomática: é essencial colocar os elementos de seus velhos padrões em contato com os novos padrões determinados pelas tecnologias da informação e fazer novas conexões de modo que as várias partes do sistema de prova documental se reorganizem num todo novo".

Já Bellotto (2014, p. 425) afirma que a metodologia da Diplomática:

> serve tanto para o arquivista como para o produtor dos documentos ou para o historiador compreenderem melhor o vínculo arquivístico, isto é, o elo que une o documento ao seu produtor e aos demais documentos do seu conjunto e consegue explicar que o documento de arquivo é, ao mesmo tempo, a ação, a prova e o registro das atividades e funções institucionais.

A autora entende ainda que "a diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas, na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica" (BELLOTTO, 2014, p. 426).

Fazendo um paralelo do para quê, onde se aplica a diplomática na contemporaneidade, a autora afirma que esta serve "para otimizar o desempenho profissional do arquivista, do administrador e do historiador e para responder às indagações do cidadão comum" (BELLOTTO, 2014, p. 426). Ao tratar do cidadão comum, a autora infere que a diplomática auxilia na compreensão dos documentos que fazem parte da sua vida civil e profissional, que a princípio parecem tão incompreensíveis, mas tem seu papel nas instituições e na sociedade em que vive e em sua vida pessoal.

A autora lembra ainda, que a Diplomática influencia na autenticidade dos documentos contemporâneos, uma vez que:

> Um documento autêntico pode perder a confiabilidade quando, com o tempo, perdeu parte de seu contexto, de sua estrutura ou de seu conteúdo de origem. Para que se satisfaçam as exigências no sentido dos assuntos e da responsabilidade do organismo ou da pessoa produtora, os documentos devem ser conservados sob forma acessível, compreensível e utilizável durante o período de vida para ele estabelecido. A tudo isso, a diplomática está atenta, devendo atuar na produção do documento e fornecendo instrumentos que aprimoram o seu uso, seja o primário, seja o secundário (BELLOTTO, 2014, p. 427).

Continuando, Bellotto (2014, p.429) também enfatiza que documentos de arquivo são provas. E lembra que é a diplomática, são os métodos da diplomática, o que assegura ao documento o reconhecimento dessa verdade. Para a autora

> autenticidade, confiabilidade, integridade, permanência é o que se espera dos documentos de arquivo como garantia de cidadania, de governabilidade, de entendimento e de permanência do respeito aos direitos e deveres entre governantes e governados, na esfera pública, ou, mesmo, nos microcosmos das organizações e entidades privadas.

Uma grande contribuição da diplomática contemporânea na atualidade advém dos parâmetros que influenciam desde a produção até a preservação de objetos digitais que, conforme Fontana *et al* (2014, p.63) "devem ser garantidas as características de autenticidade e a integridade de seu conteúdo, de acordo com os princípios arquivísticos da diplomática".

A esse respeito, Rondinelli (2004) explica que uma das medidas para que se analise diplomaticamente um documento eletrônico arquivístico, é através da definição de metadados. De acordo com a autora, com esse tipo de análise "será possível estabelecer métodos que garantam a fidedignidade e a autenticidade do documento eletrônico arquivístico" (RONDINELLI, 2004, p. 67). Continuando, Rondinelli (2004), afirma que um documento eletrônico arquivístico é assim considerado quando é transmitido de maneira segura, quando o *status* de sua transmissão pode ser determinado, quando é preservado de maneira segura e sua proveniência pode ser verificada.

Santos (2012) complementa a ideia da autora ao informar que as características do documento arquivístico pressupõe que esses apresentem fixidez, organicidade, naturalidade, unicidade, autenticidade e imparcialidade.

A diplomática contemporânea contribui para que essas características sejam verificadas, atestando se um documento possui ou não forma fixa e conteúdo estável, o que garante a essência do documento arquivístico ao longo do tempo, principalmente em se tratando de documentos arquivísticos digitais.

4 ALGUMAS CONCLUSÕES

De acordo com o que aqui foi apresentado na revisão de literatura, compreende-se que a Diplomática desde a época em que servia apenas como critica a estrutura e finalidade do ato jurídico (diplomática clássica), tem evoluído para um campo de aplicação mais amplo, onde estuda a relação dos documentos com as atividades

institucionais, auxiliando na identificação da autenticidade, fidedignidade, confiabilidade e completeza no processo de produção e tramitação dos documentos contemporâneos (diplomática contemporânea), inclusive os digitais, uma vez que consegue extrair os elementos que verificam se um documento foi transmitido e preservado sem adulteração.

A diplomática contemporânea também auxilia no processo de medidas de preservação digital, uma vez que proporciona a verificação de autenticidade dos documentos digitais, pois como aponta o CONARQ (2012), nas Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, somente a assinatura digital não garante a autenticidade do documento no longo prazo, tornando-se necessários outros procedimentos de gestão e preservação, como a inserção de metadados.

Ainda em relação aos documentos digitais é pertinente registrar que o Arquivo Nacional, por intermédio do CONARQ, tentando adequar os procedimentos de gerenciamento de documentos arquivísticos digitais confiáveis, vem aprovando normativas como a Resolução nº 39/2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis de documentos arquivísticos e a Resolução nº 38/2013, que dispõem sobre a adoção das diretrizes do produtor (A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos) e as diretrizes do preservador (A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações), resultado dos estudos do projeto InterPARES.

Nesse mesmo âmbito, salienta-se ainda a instituição da Resolução nº 37/2012, que aprovou as diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais, que orientam a produção de documentos arquivísticos digitais, e para que sejam mantidos com uso de tecnologias e procedimentos administrativos que garantam sua identidade e integridade, ou que, pelo menos minimizem os riscos de modificações nos documentos desde o momento em que foram salvos e nos acessos subsequentes (CONARQ, 2012).

Recentemente, a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) apresentou alguns aspectos relacionados à Diplomática para que um documento fosse considerado autêntico e confiável, como: disponibilidade (qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados),

autenticidade (qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema), integridade (qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino) e primariedade (qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações).

No Art. 7º, a Lei informa que o acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter informação primária, íntegra, autêntica e atualizada. O Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a LAI também menciona que os sítios dos órgãos e entidades públicas na internet deverão atender, entre outros requisitos, o de garantir a autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso.

Em todas essas iniciativas verifica-se certa contribuição da Diplomática para que desde a criação, os documentos contemporâneos sejam produzidos de forma autêntica e confiável, para dessa forma contribuírem para a transparência das ações e empoderar o cidadão, na garantia de seus direitos e no exercício de sua cidadania.

Os preceitos da diplomática contemporânea, além de subsidiar a elaboração de documentos arquivísticos autênticos, contribuem ainda para que planos de classificação de documentos sejam bem elaborados, com tipos documentais corretamente descritos, para assim, propiciar que as ações governamentais, públicas, sejam acompanhadas e cobradas pela sociedade, pois através deste instrumento, o cidadão possui um subsidio a mais que garante que as informações, os documentos públicos serão preservados e estarão disponíveis, quando cobradas via e-SIC, conforme preceitua a legislação.

Considera-se que diplomática contemporânea arquivística traz grandes contribuições ao fazer do arquivista, na medida em que atividades podem ser revistas e aprimoradas, principalmente no que diz respeito à produção de documentos autênticos e confiáveis, bem como na definição de critérios para a utilização de sistemas informatizados que produzam, armazenam e preservam documentos de maneira segura para que os registros arquivísticos estejam disponíveis a longo prazo.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

_____. Diplomática e tipologia documental. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. O que é diplomática. In: _____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Como fazer, 8)

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 25 de jul 2015.

_____. **Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do **caput** do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 25 jul 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução n. 37, de 19 de dezembro de 2012**. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=832&sid=46>. Acesso em: 25 jul 2015.

_____. **Resolução n. 38, de 9 de julho de 2013.** Dispõe sobre a adoção das Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos e Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=873&sid=46>. Acesso em: 25 jul 2015.

_____. **Resolução n. 39, de 29 de abril de 2014.** Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=947&sid=46>. Acesso em: 25 jul 2015.

DURANTI, Luciana. **Diplomatics**: encyclopedia of Library and Information Science. New York: Marcel Dekker. 2009.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, 1994. Disponível em: <

https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contemporc3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf> Acesso em: 15 jul 2015.

FONTANA, Fabiana Fagundes et al. Archivematica como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. **Àgora**, Florianópolis, v.24, n.48, p.62-82, 2014. Disponível em: <http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/457/pdf_40> Acesso em: 15 jul 2015.

MACNEIL, Heather. Contemporary Archival Diplomatics as a Method of Inquiry: Lessons Learned fron Two Research Projects. **Archival Science**, n.4, p.199-232, 2006.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:< http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf> Acesso em: 15 jul 2015.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. 2. ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Diplomática a arquivologia**: trajetórias que se cruzam. In: --. O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

_____. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital**: uma revisitação necessária. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: < http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf> Acesso em: 15 jul 2015.

_____. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ci. Inf.**, Brasília/DF, v.41, n.1, p.114-126, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/2110/1797 > Acesso em: 18 jul 2015.

_____. **Documento eletrônico**: a visão da Diplomática. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística. 2. ed. rev. aum. Brasília: ABARQ, 2005.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: <

http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084> Acesso em: 15 jul 2015.

_____. **A Diplomática Contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico**: perspectivas de renovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: Congresso Isko-España, 2009, Valencia, International Society For Knowledge Organization, 2009. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2921994.pdf> Acesso em: 15 jul 2015.

_____. O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6, 2007, Viña Del Mar. **Anais...** 2007.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: < http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93669/tognoli_nb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 18 jul 2015.